

**Uma breve história do ensino na TV brasileira
durante o regime militar (1964 – 1979)***

Wellington Amarante Oliveira**

Resumo:

Este artigo tem por objetivo registrar as relações sócio-históricas entre os agentes envolvidos com a inserção da programação educativa na televisão brasileira. Considerando a interface entre os campos político, educacional e televisivo, pretende-se trazer à luz os debates e ações acerca da utilização da TV para a educação durante o período compreendido entre o golpe civil-militar brasileiro e o final do governo Geisel, momento histórico em que a televisão brasileira se consolidou como o principal meio de comunicação social do país.

Palavras-Chaves: Televisão Brasileira; Telecurso; Regime Militar.

Abstract:

This article aims to analyze the social-historical relationship between the agents involved with the insertion of educative programs in the Brazilian television. Considering the interface of the political, educational and televisual field, we intend to bring into the open the debates and actions about the utilization of TV for education during the Brazilian Civil-Military Coup and the end of Geisel's government, historical moment in which the Brazilian television consolidated itself as the principal medium of social communication in the country.

Keywords: Brazilian Television; *Telecourse*; Military Regime.

* Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa que originou esse texto. E ao meu orientador, Dr. Áureo Busetto, por me instigar a conhecer os tortuosos caminhos das relações entre televisão e política no Brasil.

** Mestrando em História (UNESP/Assis).

A constituição de um modelo televisivo comercial

Para o entendimento da estrutura e dinâmica do modelo da televisão brasileira é necessário conhecermos, de maneira retrospectiva e comparativa, os modelos de TV instituídos tanto na Europa quanto nos EUA, para que, de tal forma, consigamos apreender práticas próprias e reiteradas da organização e desenvolvimento do campo televisivo no mundo ocidental. E, assim, possamos perceber quais visões e ações gerais sobre o meio foram apropriadas ou adequadas na sua constituição no Brasil.

As primeiras décadas de história da TV registraram uma significativa distinção entre o modelo televisivo norte-americano e o europeu. Nos Estados Unidos a gênese televisiva foi fruto das redes comerciais, que atuavam por meio de concessões públicas, uma influência direta do sistema radiofônico do país que já adotava esse modelo. Entre as suas características básicas, estava a grande influência dos setores que pagavam pelas propagandas, resultando na necessidade de sempre existir um grande público consumidor para que os anunciantes se sentissem motivados a investir seus recursos financeiros no meio. Dada essa característica, podemos dizer que as redes comerciais têm por objetivo, em grande medida, oferecer uma programação que atinja uma ampla audiência. De um modo geral, tal programação está alicerçada no par entretenimento/informação, com pouco espaço para a educação e cultura.

No modelo europeu, o principal fator de distinção em relação à televisão estadunidense foi a característica do pioneirismo das redes públicas. Enquanto nos Estados Unidos a TV surgiu com a preocupação de divertir o grande público, para com isso angariar mais anunciantes, do outro lado do Atlântico o financiamento das redes de TV não dependia, na maioria dos casos, de anunciantes, já que a emissão televisiva era, antes de tudo, tomada efetivamente como serviço público. Dessa forma, nos principais países europeus as emissoras públicas de televisão foram financiadas pelo dinheiro do contribuinte, por meio de uma taxa cobrada de cada residência que possuía um aparelho televisor. Essa particularidade é importante, pois

resulta em um equilíbrio um pouco maior entre o que Briggs e Burke denominaram como a tríade sagrada para os meios de comunicação social: *informação, educação e entretenimento*. (BRIGGS, 2004. p. 193)

Com autonomia financeira e tempo para experimentar programas diversificados, as redes públicas europeias conseguiram ganhar um amplo espaço entre a audiência. O historiador francês Jean-Noël Jeanneney afirma que “nos Estados Unidos a idéia de uma emissão do tipo da francesa *Apostrophes*, destinada a promover os livros e a leitura, é inconcebível”. Para o autor: “a televisão comercial americana não tem praticamente nenhum papel cultural e, contrariamente ao que acontece na Europa, está afastada dos meios universitários e intelectuais”. (JEANNENEY, 1996, p. 244)

Uma exceção significativa à regra do modelo exclusivamente público europeu é a Grã-Bretanha. Todavia, o modelo televisivo britânico era distinto tanto dos outros países europeus quanto dos EUA, pois não se constituía em um monopólio público, e tampouco era um monopólio comercial. Com isso, há na Grã-Bretanha, desde a década de 1950, um equilíbrio entre o setor comercial e o setor público. Jeanneney corrobora com a ideia de que a Grã-Bretanha é o país que obteve maior sucesso em assegurar um equilíbrio eficaz entre o setor público e privado, resultado da combinação entre pragmatismo e imaginação. Segundo o historiador, do ponto de vista da audiência, o setor público formado por *British Broadcasting Company* (BBC) 1 e 2 contava com 40% e 10% em 1980, respectivamente. E a única cadeia comercial, a *ITV*, detinha 50% da audiência. (JEANNENEY, 1996, p. 244)

Representando o setor público do Reino Unido, a BBC de Londres, paradigma de televisão pública, iniciou suas transmissões regulares no ano de 1936. Esse status de emissora modelo não foi conquistado por acaso, e algumas características gerais explicam a qualidade da BBC. Entre elas estão: a excelência técnica, a facilidade de produção e a aquisição de bons aparelhos, juntamente com a qualidade da equipe técnica responsável pela operação dessas máquinas. Um último aspecto importante foi a proximidade de setores do mundo cultural britânico, que sempre se mantiveram muito

próximos da televisão. A soma desses aspectos, sem dúvida, contribuiu para a qualidade do produto final. (JEANNENEY, 1996, p. 246-7) O papel desenvolvido pela BBC juntamente com as atividades da cadeia comercial *ITV* renderam ao modelo televisivo britânico, segundo críticos e estudiosos, o título simbólico de “a melhor TV do mundo.” (LEAL FILHO, 1997,)

A chegada da televisão no Brasil, em 1950, com a TV Tupi, foi cercada de expectativas, tanto por parte dos artistas e técnicos envolvidos diretamente com a emissora, quanto por outros setores sociais curiosos a respeito da nova tecnologia. Porém, como é comum à Ciência do Direito, os avanços sociais vão sendo incorporados paulatinamente à norma jurídica, nesse sentido a TV começa a operar no Brasil sem um marco regulatório definido. O mesmo aconteceu com o rádio. Apesar de sua primeira transmissão ter sido realizada em 1922, o setor só passou a ser regulamentado uma década depois, por meio de dois decretos, o primeiro de nº 20.047, de 1931, e o de nº 21.111, de 1932, ambos promulgados pelo então presidente Getúlio Vargas. (PIERANTI, 2006. p. 96)

Foi tema do segundo decreto o reconhecimento e a regulamentação da veiculação de publicidade nas emissoras de rádio, o que ampliou a exploração comercial do meio em relação às iniciativas de rádio-clubes que necessitavam da contribuição de sócios para a sua operação. (SANTOS, 2000, p. 39) Logo, as iniciativas comerciais passaram a ser a regra do meio radiofônico no país, característica que se expandiu para a televisão, do mesmo modo que ocorreu em terras norte-americanas. A título de ilustração desse atributo dos primórdios da televisão no Brasil, podemos destacar o fato de que, apesar do restrito público alcançado pela TV Tupi em 1950, a inauguração da emissora foi cercada por anunciantes e patrocinadores – tais como a prata *Wolff*, as *Sams* do Moinho Santista, *Guaraná Champagne Antarctica* e *Sul-América* contribuíram financeiramente com o projeto e foram citadas no primeiro discurso de Assis Chateaubriand, dono da TV Tupi. (BARBOSA, 2010, p. 18-19)

As primeiras medidas legais, por parte do Estado, que visavam uma regulação mínima, foram sentidas de forma acentuada apenas no início da

década de 1960. Uma dessas medidas foi a criação, durante o governo Jânio Quadros, do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) pelo Decreto 50.666, de 30 de maio de 1961. (SANTOS, 2000, p. 31) Estavam entre as atribuições do CONTEL: elaborar o Plano Nacional de Telecomunicações; adotar medidas que garantissem a continuidade dos serviços de radiodifusão em caso de cassação ou não-renovação de concessões, autorizações ou permissões; coordenar o desenvolvimento dos serviços públicos de comunicação; fiscalizar o cumprimento de obrigações de concessionários e aplicação das devidas sanções havendo necessidade; estabelecer normas técnicas visando a eficiência dos serviços nacionais de telecomunicação; e, por fim, fiscalizar o cumprimento das finalidades e obrigações de programação por parte das emissoras de radiodifusão. (RAMOS, 2006, p. 54)

Mas foi no ano seguinte, 1962, que seria criado o marco regulatório definitivo para televisão. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) regulamentou não somente os serviços de radiodifusão (rádio e TV), como também os de comunicação ponto a ponto (telefonia). A criação do CBT foi cercada de interesses e pressões por parte do Poder Executivo, dos empresários do setor e dos militares. Ao final, a batalha foi vencida por militares e empresários, que graças à pressão exercida junto ao Congresso Nacional conseguiram derrubar, em uma só noite, 52 vetos do então presidente João Goulart. “Os vetos derrubados referiam-se exatamente aos artigos que restringiam as prerrogativas do Executivo no que diz respeito à fiscalização e à punição das emissoras.” Gerando, conseqüentemente, “a total ausência de mecanismos capazes de coibir os eventuais abusos no crescimento verticalizado da área” e na formação de monopólios. (PALHA, 2008, p. 39-40)

Posteriormente à aprovação do CBT, o Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, fixou com mais clareza os objetivos do rádio e da televisão. De acordo com seu artigo 3º: mesmo em seus aspectos de entretenimento e informação, os serviços de radiodifusão eram considerados de interesse

nacional, ficando a exploração comercial autorizada na medida em que não interferisse neste objetivo. (CAPARELLI, 1982, p. 150)

Com potencial alcance nacional, a TV brasileira foi pensada e executada em uma perspectiva de exploração comercial. Assim, os serviços de televisão, em pouco tempo, tornaram-se parte do interesse dos empresários ligados à comunicação. Observa-se que uma atividade que nasceu na Europa estritamente pública foi encampada em solo brasileiro com base em um modelo majoritariamente liberal e executada pela iniciativa privada. (SIMÕES, 2005, p. 38-39) Com pouco espaço para a regulação do setor, devido à fragmentação e à dispersão das medidas legais, o resultado foi a “concentração de poder político, econômico e cultural em instituições de mercado, em detrimento do poder normativo, político, regulamentar e regulatório, do Estado.” (RAMOS, 2006, p. 50) Foi sob este arcabouço legal que o modelo televisivo brasileiro nasceu.

Os militares e a consolidação da televisão no Brasil

Os militares mantiveram uma estreita relação com os avanços das telecomunicações antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, sobretudo pelo seu aspecto de segurança nacional. Desde os tempos do rádio, as Forças Armadas faziam parte do processo de conhecimento e avanço da tecnologia, vide a criação da Comissão Técnica de Rádio (CTR) em 1931. Esse fato colaborou na aquisição de um instrumental técnico sobre os meios de comunicação que possibilitou aos militares estarem sempre no centro dos debates sobre o tema. Em 1959, quando a Lei 3.654 criou as Armas de Comunicações e Engenharia do Exército, as escolas militares de comunicações já eram redutos dos especialistas da área (PIERANTI, 2006, p. 100), o que legitimou a sua participação ativa nas discussões e na elaboração do CBT. Todavia, tal participação não deve ser vista somente como fruto do controle do saber técnico ou da tradicional atuação em órgãos especializados, como a CTR, mas como resultado da “construção e difusão

da Doutrina de Segurança Nacional que se tornou hegemônica dentro das Forças Armadas.” (SANTOS, 2000, p. 48)

Os militares, com base na Doutrina de Segurança Nacional,¹ fomentada pela Escola Superior de Guerra (ESG), viam o setor de telecomunicações como um elemento de integração nacional e, por isso, investiram de forma estratégica em seu desenvolvimento, consolidando o avanço da televisão no campo da comunicação social. Criada em 1949, a ESG formou quadros civis e militares aptos a contribuir contra as forças consideradas subversivas. Os responsáveis por essa formação foram treinados em colégios militares dos Estados Unidos e participaram da Força Expedicionária Brasileira na Itália. (SANTOS, 2000, p. 47) Todavia, antes do advento dos governos militares, o Estado já agia sobre o meio. Nas décadas de 1950 e 1960, “o poder público contribuiu para o crescimento da televisão mediante empréstimos concedidos por bancos públicos a emissoras privadas”. (HAMBURGUER, 1998, p. 454) E o caráter de segurança nacional do setor de telecomunicações foi reconhecido pela Lei 2.587, ainda em 1955. À essa época, a responsabilidade sobre o setor era do ministério de Viação e Obras Públicas. (PIERANTI, 2006, p. 96) Não obstante, foi a partir do regime militar desencadeado pelo golpe civil-militar, em março de 1964, que a preocupação do governo federal nos assuntos televisivos aumentou tanto quantitativa quanto qualitativamente. Além do investimento pesado na infra-estrutura necessária para a ampliação das emissões televisivas, os militares “aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas”. (HAMBURGUER, 1998, p. 454)

O principal desses dispositivos criados durante o regime militar foi o Decreto-Lei 236 de 1967, o qual modificou o CBT. Podemos citar como

¹ Segundo Nilson Borges, “Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. [...] Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais.” (BORGES, 2003, p. 24)

exemplo a redação do então acrescido artigo 53, estabelecendo “passíveis de punição empresas que supostamente investissem contra alicerces do novo regime.” (PIERANTI, 2006, p. 97) Foi também durante os governos militares que houve a criação do Ministério das Comunicações, no qual, à exceção do primeiro ministro, Carlos Furtado Simas, que permaneceu no cargo entre 1967 e 1969, todos os outros que assumiram o cargo até o término do regime (Higino Corsetti, Euclides Quandt e Haroldo de Matos) eram oficiais, o que evidencia que o setor era fundamental para a segurança nacional. (PIERANTI, 2006, p. 99)

O novo regime dotou o país de um sofisticado sistema nacional de telecomunicações, cujo ponto de partida foi a criação, em 1965, da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), e, em 1972, da holding Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás). (RAMOS, 2006, p. 55)

As emissoras pioneiras na experimentação do meio televisivo, entre elas a Tupi, Paulista, Record, TV Rio e TV Continental, passaram a ocupar posições periféricas dentro do campo televisivo no decorrer da década de 1960, cedendo espaço para uma nova geração de emissoras que investiu em instrumental técnico, recursos humanos, adotou um modelo empresarial de gestão e ainda soube inovar nos aspectos estéticos. Algumas nem chegaram a sobreviver até os anos 1970, foram os casos da TV Paulista e TV Continental. Outras, como a Tupi e a TV Rio, presenciaram nos anos 1970 sua última década de vida. No caso da Record, sua existência não condizia com o auge atingido nos anos 1960. Com o fechamento da Excelsior, a principal modificação no campo televisivo na década de 1970 ficou por conta da Rede Globo.

No Brasil, embora os investimentos iniciais tivessem advindo, como nos EUA, do setor privado para a criação e os primeiros passos do meio no país, o avanço mais significativo da TV esteve ligado às políticas do regime militar, que como vimos, possibilitaram a realização de um eficiente sistema de comunicação. Todavia, ao contrário do modelo europeu de emissoras públicas, o investimento estatal no setor de telecomunicações não privilegiou a constituição de uma ampla e forte TV pública, e sim colaborou

para que a TV Globo, criada em 1965, pertencente a Roberto Marinho, fosse a mais beneficiada, direta e indiretamente, pelos investimentos oficiais na infra-estrutura das telecomunicações. Para além desse fator, as relações amistosas com o regime, somadas ao incremento do mercado de consumo, propiciado pelo milagre econômico – que resultou em um aumento na venda de televisores – além de uma equipe de produção e administração preocupadas em imprimir um ritmo empresarial à Rede, combinando marketing e propaganda, e, por fim, um grupo de criadores de esquerda advindos do cinema e do teatro, (HAMBURGUER, 1998, p. 455) foram fatores suficientes para colocarem dentro de pouco tempo a Rede Globo não só na liderança da audiência, mas transformá-la em hegemônica no campo televisivo brasileiro.

O empresário conseguiu a concessão para a criação da emissora em 1957, ainda no governo de Juscelino Kubitschek. Porém, somente oito anos depois, e a partir da cidade do Rio de Janeiro, Marinho iniciaria as emissões regulares da sua TV Globo. A inauguração em 26 de abril de 1965 mostrou no vídeo um homem de 60 anos, dizendo que a nova emissora seria mais uma do grupo Globo, e dessa forma herdaria “as tradições do jornal, seu amor à causa pública, sua permanente luta em defesa da iniciativa privada, das liberdades públicas e da causa da democracia.” Agindo de modo coerente com sua visão empresarial, jornalística e política de cunho liberal, Roberto Marinho mostrava claramente que os militares poderiam continuar contando com a sua colaboração. Ocorreu, a partir de então, uma relação de troca de gentilezas. O regime ajudou a Globo, com a estrutura em telecomunicações, e também com o crescimento do país, o que acabou incentivando o consumo e ampliando o mercado publicitário dentro da televisão. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003)

A partir da chegada de nomes como Walter Clark, José Ulisses Arce e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, a emissora passou por diversas inovações, algumas delas já experimentadas de modo mais discreto pela concorrência. Um dos primeiros passos foi a desvinculação da dependência das agências de publicidade na produção dos programas. A partir de 1966,

a TV Globo passou a controlar integralmente sua produção, conseguindo organizar a programação de modo horizontal e vertical, o que, não só permitiu ao telespectador saber qual atração seria veiculada naquele dia, como ofereceu à Globo um imenso poder de negociação do seu espaço comercial. A emissora negociava pacotes que obrigavam o anunciante a comprar, junto com o horário nobre, espaços publicitários menos valorizados, de manhã e à tarde. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003)

A emissora investiu maciçamente em sua programação, baseada no par informação/entretenimento. Em 1º de setembro de 1969 foi ao ar o *Jornal Nacional* – primeiro telejornal a ser veiculado em rede para várias partes do Brasil. O *Jornal Nacional* confirmou uma tendência tecnológica que já tinha sido iniciada pelo *Jornal da Globo* – câmeras portáteis que permitiam maior agilidade e uma nova linguagem – “inspirada no telejornalismo americano, em que ganhavam espaço o formato, a parte visual e o esmero técnico.” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2003)

Apesar da importância de um jornal de alcance nacional, sobretudo para o regime militar, onde o Brasil aparecia editado e ordeiro, o entretenimento foi o segmento que a Globo mais investiu, sendo ele um dos responsáveis pelo “padrão globo de qualidade.” A emissora passou a “submeter sua produção a um conjunto de convenções formais que garantiu um estilo próprio à sua programação.” (RIBEIRO, 2010, p. 119)

Esse padrão, além de ter sido responsável por “uma certa atribuição tácita de inventariar e consolidar os aspectos constitutivos da nacionalidade nas esferas íntima, privada e pública”, (BUCCI, 2004, p. 229) – colaborando, a seu modo, para a constituição de uma identidade nacional – foi fator fundamental no distanciamento entre a TV Globo e suas concorrentes em relação à produção de produtos televisivos, um dos fatores explicativos de sua hegemonia no campo.

O alcance nacional da televisão brasileira ter se tornado produto exclusivo de uma única emissora, com qualidade reconhecida e legitimada

pelo Estado, resultou no fato de que a televisão no Brasil, no decorrer dos seus 60 anos de história, adquiriu um caráter de formadora da identidade nacional. Esse papel foi reiterado pelo destaque da Rede Globo no campo televisivo, sendo ela, a partir da década de 1970, hegemônica em termos de audiência e da produção televisiva, conseguindo nos anos 1980 figurar entre as maiores redes de televisão do mundo. (BUCCI, 2004, p. 220) A política de integração nacional por meio das comunicações, tal como defendida por governos militares, encontrou na TV Globo uma grande parceira, o que teve como resultado prático a multiplicação de emissoras afiliadas à rede de televisão de Roberto Marinho em vários estados brasileiros. (PIERANTI, 2006, p. 106) Nesse sentido, como bem observou Bucci, “a Globo impôs o modelo brasileiro de televisão: aquele que informa, entretém e, acima de tudo, pacifica onde há tensões e une onde há desigualdades.” (BUCCI, 2004, p. 223)

O ensino pela TV: debates e ações

O debate sobre a utilização da televisão como meio educativo teve a noção de integração nacional como elemento catalisador. Segundo Bucci, houve uma contradição necessária na constituição da televisão brasileira, “a excelência tecnológica e o refinamento plástico com competitividade internacional surgiram como a contrapartida de uma sociedade atrasada, iletrada que dependia das possibilidades técnicas desse meio para sua própria integração política.” (BUCCI, 1997, p. 23) Apesar da generalização do autor, cabe observar que existiam no Brasil todas as características para comportar um grande projeto de teleducação, uma televisão de alta qualidade técnica e uma sociedade com baixos índices de escolarização.

O discurso dos agentes envolvidos com a teleducação tinha reflexo claro nos ideais do regime militar. Edson Franco, diretor da Divisão de Educação da *Abril*, escreve em um documento de avaliação do curso *Madureza Ginásial*, veiculado pela TV Cultura, que a contribuição da *Abril* estava em oferecer, ao lado de educandos e educadores, uma “nova parcela

de contribuição para que a Educação” viesse se constituir “ainda mais a mola propulsora da integração social nacional”, tendo como objetivo único a promoção humana e união dos “brasileiros no esforço comum” de se alcançar “o pleno desenvolvimento nacional, econômico e cultural.” (Avaliação Madureza Ginásial. s/d. p. 3)

Nos anos finais da década de 1960, autoridades ligadas ao governo, como o general Taunay Coelho Reis, membro do CONTEL, chegaram a afirmar que “o Brasil, naquele momento, possuía as melhores condições para o êxito da TV educativa, pois dispunha do oitavo parque receptor do mundo, com 3 milhões de telespectadores.” (BARROS FILHO, 2010, p. 55) Esse sentimento era compartilhado com outros entusiastas da teleducação no Brasil. Um exemplo é a afirmação do professor Gilson Amado que, em entrevista à revista *Veja*, no dia 14 de outubro de 1970, anunciava: “o Brasil será um laboratório, representando um teste decisivo para a avaliação de televisão como serviço de educação”. Apesar de tal entusiasmo, o professor demonstra suas preocupações com o ato de educar pela TV no Brasil. Como principais problemas, o professor ressalta a insuficiência de verbas oficiais; a dependência de horários para a gravação e apresentação cedidos pelas emissoras comerciais; a falta de recursos humanos especializados na produção e realização de programas educativos pela TV; o desconhecimento (por parte das autoridades ligadas, direta ou indiretamente aos problemas educacionais) do verdadeiro valor da TV educativa; e, finalmente, a não inclusão da TV educativa no nosso sistema de ensino, sendo esta última considerada pelo professor um setor isolado e estanque, que existe mais para satisfazer programas e leis que foram criados do que para consolidar a existência da TV como meio de ensino. (VEJA, 14/10/1970, p. 52)

Todas as ressalvas feitas por Gilson Amado são importantes, pois representam a visão de um agente envolvido diretamente com a implantação da teleducação no Brasil. Nesse momento, o professor ainda era um grande entusiasta, reconhecido como alguém cujo atributo era a luta por uma TV mais educativa. É interessante perceber que, apesar das críticas serem direcionadas a todos os setores envolvidos (ou que deveriam,

na visão do professor, estar envolvidos), elas recaem com mais força sobre o Estado. Ou seja, há uma percepção clara de que o Estado deveria ser o agente impulsionador das ações de teleducação no Brasil, o que ocorreu somente em termos, com a execução de algumas ações advindas do Estado.

Em meio ao debate sobre a utilização da TV para o ensino, ocorreu um processo maior de reformas educacionais que estava dentro do planejamento do regime militar que pretendia moldar as instituições de acordo com suas convicções. A primeira das reformas, a do ensino superior, ocorreu em 1968, e cabia ao regime reformar o restante do ensino que ainda estava submetido à Lei de Diretrizes e Bases de 1961. A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino básico, começou a ser gestada um ano antes. Quando o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, formou uma comissão para a elaboração do anteprojeto.

Apesar do caráter reformador da lei, é importante frisar que a “5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61.” (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 124) A maior modificação do projeto foi a união do então denominado ensino primário e ginásial, formando o 1º Grau. O ensino profissionalizante, a partir da reforma, passaria a ser de caráter obrigatório a todo 2º Grau. Outra novidade, foi a criação do Ensino Supletivo, que colaborou no incremento do debate sobre a utilização do rádio e da televisão no ensino.

Na Lei 5.692/71, seis artigos tratam diretamente sobre o Ensino Supletivo, em seu capítulo IV, entre os artigos 24 e 28 “foram explicitadas as finalidades, abrangência e formas de operacionalização” da modalidade. E por fim, no artigo 32 do capítulo V tratou-se da necessidade de formação de professores para este tipo de ensino. (HADDAD, 1993, p. 93)

O Ensino Supletivo foi organizado em quatro funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação. A suplência tinha como objetivo suprir a escolarização regular para os adolescentes e os adultos que não a tivessem seguida ou concluída na idade apropriada. (LEI 5.692, 1971, art. 22) Para tais casos, previa-se a existência de cursos preparatórios para os exames supletivos de 1º e 2º graus. O suprimento tinha por finalidade

“proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização”, e era dirigido “aos que tivessem seguido o ensino regular no todo ou em parte.” (LEI 5.692, 1971, art. 24) A aprendizagem caracterizou-se pela formação metódica no trabalho, e ficou a cargo das empresas e de suas instituições de ensino como, SENAI e SENAC. A qualificação também visava a formação de recursos humanos para o trabalho. (HADDAD, 1993, p. 93)

A estruturação do Ensino Supletivo dentro do MEC passou pela criação do Departamento de Ensino Supletivo (DESu) em 1973. Sua tarefa era a de “coordenar o desenvolvimento de todas as atividades de educação de adultos em nível nacional, visando, sobretudo, a sua expansão integrada com outras agências.” Papel executado até 1979 quando foi substituído pela Subsecretaria de Ensino Supletivo (SESu). (HADDAD, 1993, p. 106-109)

Antes mesmo da promulgação da 5.692/71, e a criação do Ensino Supletivo, o governo criou um projeto para a escolarização de adultos. Em 15 de dezembro de 1967 foi criada pela Lei 5.379, sob a forma de Fundação, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Durante dois anos, os técnicos ligados ao Departamento Nacional de Educação (DNE) do MEC trabalharam em sua elaboração, visando uma organização descentralizada por meio de convênios com órgãos públicos e privados. Porém, a partir de 1969 o programa passa por uma modificação, desvinculando-se do DNE e buscando uma campanha de massa. A presidência da Fundação foi entregue ao economista Mário Henrique Simonsen (HADDAD, 1993, p. 82-83), ligado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).²

Com essa nova configuração, o ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, juntamente com Simonsen buscaram vender a ideia à sociedade

² O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado, no ano de 1961, por empresários brasileiros descontentes com os rumos político-econômicos que o país estava tomando. O IPES foi um dos braços civis que colaboraram para a derrubada do governo João Goulart e a implantação do regime militar em 1964. Existiu até o ano de 1971, sendo responsável pelo planejamento de diversas políticas para o regime militar, mesmo na área da educação. Para maiores informações sobre a relação entre o IPES e a política educacional do regime militar Cf. SOUZA, 1981.

civil, de que o Mobral resolveria o problema do analfabetismo, considerado pelo presidente Médici como uma vergonha nacional.

O governo buscava organizar um grande programa em âmbito nacional sem empenhar verbas. O financiamento era realizado com a utilização de 1% do Imposto de Renda devido pelas empresas parceiras, complementado com 24% da renda líquida da Loteria Esportiva. Assim, tal esquema, como observado por Haddad, “disporia o Mobral de recursos amplos e ágeis, pelo seu caráter extraorçamentário.” (HADDAD, 1993, p. 83-84) Como seu financiamento independia de verbas orçamentárias, pode-se dizer que a principal característica do Mobral era seu paralelismo em relação a todas as outras políticas educacionais, incluindo as de teleducação.

Desse modo, os agentes do governo buscaram estabelecer um programa que atendesse aos objetivos educacionais, contemplando os marginalizados do sistema escolar, mas que sobretudo buscou “ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5.” (HADDAD, 1993, p. 83)

O programa de alfabetização, carro chefe do projeto, foi implantado com intensa propaganda política e tênue fundamentação pedagógica. Era totalmente antagônico às iniciativas pré-1964 desenvolvidas pelo professor Paulo Freire, a essa altura exilado. O Mobral “chegava imposto sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade.” (HADDAD, 1993, p. 87-88)

O projeto ganhou dimensões enormes, condizente com o otimismo do “Brasil Potência”, aos poucos, além da alfabetização, passou a realizar programas nos campos da saúde, trabalho, recreação e civismo. Firmou diversos convênios e entre os parceiros estava a Fundação Padre Anchieta (FPA). Com o passar dos anos o Mobral “decidiu utilizar os recursos proporcionados pela TV, introduzindo-a no seu Programa de Alfabetização Funcional – PAF/TV – dentro de uma perspectiva de sistema de multimeios.” (NISKIER, 1999, p. 298) Este vinha sendo utilizado há um

certo tempo pela FPA e acabava de ser utilizado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) na criação e implantação do *Telecurso 2º Grau*. “Os programas possuíam o formato de teleaula dramatizada, apoiados em publicações didática específicas, distribuídas aos alunos e monitores: a série era constituída de 60 teleaulas de 20 minutos cada uma.” (NISKIER, 1999, p. 299) Uma estrutura muito similar, aos programas da FPA e FRM.

O PAF/TV do Mobral foi ao ar pela TV Cultura em 1979 em São Paulo. Além de contar com recepção organizada, “em 60 municípios, distribuídos em 6 unidades da Federação: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraná e Rio de Janeiro.” (NISKIER, 1999, p. 299) Para além das medidas em âmbito estritamente educacional, os militares, ao assumirem o poder, iniciaram diversas ações no campo específico da teleeducação, unindo, desse modo, os campos da educação e da comunicação.

Em 1965, por meio da Portaria 312, o CONTEL cria algumas normas para a rádio e televisão. No documento era contemplado o princípio de que os meios de comunicação eram de interesse nacional, e se esperava elevar o padrão cultural e educativo dos programas televisivos, mesmo em seu aspecto informativo e de entretenimento. (CAPARELLI, 1982, p. 180).

Com o Decreto-Lei nº 236 essa característica, além de ter sido reforçada, ganhou um pouco mais de objetividade. Seu artigo 16 determinava “a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas.” Nessa primeira norma ficou estipulado a transmissão de 5 horas semanais. As reações às medidas foram distintas, por um lado a ABERT manifestava-se contrária ao decreto, por outro educadores lutavam para o efetivo funcionamento do dispositivo.

A regulamentação para a aplicação da nova norma surgiu três anos depois. A portaria interministerial n. 408, de 29 de julho de 1970, do MEC e do MINICOM, estipulou a utilização de tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais de radiodifusão deveriam destinar à transmissão

de programas educacionais. (NISKIER, 1999, p. 168) Foi mantida a duração proposta inicialmente de 5 horas semanais, sendo distribuídas em 30 minutos diários, de 2ª a 6ª feira e 75 minutos aos sábados e domingos, no período de 7 às 17 horas. A responsabilidade pela execução e coordenação das atividades previstas na Portaria ficou a cargo do MEC. (HADDAD, 1993, p. 278)

O principal instrumento utilizado para esse fim foi a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) instituída, ainda em 1967, após o presidente Castelo Branco ter enviado uma mensagem ao Congresso Nacional solicitando a autorização para a criação de um Centro com sede no Rio de Janeiro, e com a finalidade de adquirir, produzir e distribuir material audiovisual destinado à televisão educativa no Brasil. O principal motivo apontado pelo MEC foi “a exigüidade das redes escolares e a insuficiência de professores”, que tornaram a situação crítica no campo educacional. (BARROS FILHO, 2010, p. 54)

Com isso, em 1967 a FCBTVE foi criada nos moldes desejados pelo presidente “gozando de autonomia administrativa e financeira [...] e com a finalidade de produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa”. (HADDAD, 1993, p. 279) Todavia, com o passar do tempo essas atribuições foram se ampliando e “já em 1968, embora não fizesse parte de suas responsabilidades, a FCBTVE iniciou atividades de treinamento de pessoal para a televisão educativa. (HADDAD, 1993, p. 279) A partir de 1971, a FCBTVE passou a produzir programas educativos para serem transmitidos pelas emissoras comerciais. Somente a partir de 1973, após ganhar a concessão do canal 2 do Rio de Janeiro, com o fechamento da Excelsior, é que a “emissora passará a mostrar uma linha completa de programação a ser transmitida pela sua própria estação”. (VEJA, 06/06/1973, p. 89)

Em 1972, foi criado o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), aumentando o espaço governamental no debate e execução sobre a teleducação. O PRONTEL, ficou encarregado de supervisionar “o emprego do rádio e da televisão no campo da escolarização e da cultura, não foi incorporado estruturalmente ao DESu, para não se caracterizar como um “exclusivismo

que desvirtuaria os objetivos mais amplos desse órgão.” (HADDAD, 1993, p. 107)

Na verdade, com a criação de diversas emissoras educativas, esse organismo surgia como um agente centralizador, ao lado da FCBTVE – que organizava os conteúdos – coordenando as atividades dessas emissoras. Essa busca por acerto na área desembocou na tentativa de criação de um Plano Nacional de Teleducação; segundo seus idealizadores, tal plano deveria integrar “os meios de comunicação de massa com a educação, a partir do estabelecimento de prioridades educacionais e culturais, através de um Sistema Nacional de Teleducação”. (DOCUMENTO DOS SEMINÁRIOS BRASILEIROS DE TELEDUCAÇÃO. s/d, p. 3) O PRONTEL ficou subordinado ao MEC de “1972 a 1979, quando foi transformado em SEAT (Secretaria de Aplicações Tecnológicas).” (HADDAD, 1993, p. 108)

A partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970 surgem diversas emissoras educativas. A primeira a entrar no ar é a TV Universitária de Recife, canal 11, mantido pela Universidade de Pernambuco. À época de seu surgimento, a emissora participou ativamente da luta pela audiência de aproximadamente 700 mil nordestinos contra as duas concorrentes comerciais: TV Rádio Clube e TV Jornal do Comércio. A programação nessa fase inicial da emissora totalizava 5 horas diárias e era constituída por programas instrucionais em apenas 20% desse tempo. O restante era dedicado a teleteatros, debates, entrevistas, documentários e musicais. (VEJA, 25/12/1968, p. 55)

A TV Cultura, comprada pelo governador de São Paulo Abreu Sodré, em 1967, do condomínio Diários Associados, de Chateaubriand, foi a grande emissora educativa. Apesar do pioneirismo da TV-U, foi com a TV Cultura que se criou um espaço de produção de programas educativos, o que resultou no compartilhamento de práticas, até então não empregadas pelos agentes do campo televisivo. Com uma programação cultural-educativa a emissora destacou-se entre as outras

da área e dentro de pouco tempo já se tornava responsável pela produção de programas que seriam reprisados para todo o Brasil pelas outras emissoras educativas. Esses canais foram criados, em alguns casos, sob a tutela de secretarias de estado ou graças à ação das universidades. Todavia, a maioria deles sem nenhum planejamento e sem articulação entre si.

A preocupação dos agentes governamentais em ordenar a situação das emissoras educativas pode ser exemplificada com as palavras do então ministro do planejamento do governo Médici, Reis Velloso, justificando a criação de uma rede de emissoras educativas. Segundo o ministro, diversas emissoras estavam sendo criadas “desordenadamente e a alto custo”, devido ao fato dessas TVs educativas, algumas estaduais, outras independentes, terem objetivos e estruturas diversificadas. O ministro chega a utilizar o exemplo da cidade de Maceió que “estava fazendo uma TV educativa, sem pensar na TV Universitária do Recife.” E vai além, ao denunciar que Natal construía sua TV com equipamentos diferentes da emissora de João Pessoa. (VEJA, 22/07/1970, p. 74)

A afirmação do ministro ilustra como as TVs educativas não conseguiram responder aos desafios da instalação de um grande projeto de teleeducação em âmbito nacional. Reis Velloso chega a dizer que “a situação era tão desarticulada, que os programas gravados por uma emissora não poderiam passar nas outras. Os equipamentos eram diferentes.” Como todas as emissoras educativas eram de algum modo estatais, o ministro admitia desse modo, o desperdício de dinheiro suntuoso e incompreensível para um país em desenvolvimento. (VEJA, 22/07/1970, p. 74)

Apesar de todas as ações capitaneadas pelo Estado, não foi possível montar uma rede pública educativa. Mesmo em uma época em que as políticas eram levadas a cabo pelo espírito nacionalista e ufanista do “Brasil Potência”, como o Mobral. No caso específico da teleeducação, as políticas continuaram desencontradas, de efeito efêmero e sem produzir no país um modelo de teleeducação. O caráter comercial do modelo televisivo

brasileiro, calcado no par informação/educação explica a escassez de programas educativos durante um grande período da década de 1970. Ainda seria cedo para falar em um *habitus* educativo dentro do campo televisivo brasileiro que realizava, de modo incipiente, suas primeiras experiências.

Ainda no início da década de 1960, diversas experiências com programas educativos foram surgindo na televisão brasileira. A TV Cultura de São Paulo, ainda em sua fase comercial, foi responsável por uma delas e levou ao ar a partir de 1961 o *Admissão pela TV*. Em pouco tempo o programa passou a integrar o projeto TV Escolar da Secretaria de Educação de São Paulo, o curso “foi fruto da iniciativa da Prof^a Marília Antunes Alves.” (HADDAD, 1993, p. 265) Entre os professores que atuaram no curso, estavam Osvaldo Sangiorgi, Elvira Reale e Raphael Sansevero. (NISKIER, 1999, p. 162) O curso “tinha duas finalidades precípuas: ajudar a preparar o aluno e, ao mesmo tempo, auxiliar o professor, pois este acompanharia a aula e depois explicaria algum ponto que porventura não tivesse compreendido.” (BARROS FILHO, 2010, p. 186) A grade de programação contemplava as principais disciplinas do currículo oficial como Matemática, Português, História e Geografia, “além de aulas complementares sobre Artes Plásticas, Iniciação Musical e Literatura Infantil.” (BARROS FILHO, 2010, p. 187)

Apesar de um sucesso momentâneo, causado sobretudo pela novidade da emissão, o curso de *Admissão pela TV* não lograria grande êxito na televisão brasileira. O improviso era uma das principais características do curso e foi apontado por um de seus membros como a causa principal de seu desfecho. Segundo Osvaldo Sangiorgi, que lecionou Matemática, “era tudo improvisado”. Ele ressalta que não havia preparação e que os professores chegavam cinco minutos antes, passava apenas um pó de arroz no rosto e iam lecionar diante das câmaras. É bom lembrar que durante os anos iniciais da televisão no Brasil, o improviso foi, sem dúvida, um companheiro dos programas televisivos, porém, tal característica foi perdendo espaço na televisão com o passar do tempo.

Para além do simples improviso podemos constatar a partir das palavras do professor Sangiorgi que o curso *Admissão pela TV*, ainda que utilizando o meio como ferramenta de propagação de suas aulas para um grande número de alunos, não utilizava uma linguagem específica para a veiculação de conteúdos instrucionais pela televisão. Nas palavras de Sangiorgi: “éramos os professores comuns, de giz e quadro-negro”. (VEJA, 18/06/1969, p. 58)

Mesmo com as queixas de agentes envolvidos, aquela primeira experiência paulista em teleducação se mostrou relevante, pois levou a Secretaria de Educação do Estado a “estruturar um setor próprio para os assuntos de rádio e TV educativos”, (HADDAD, 1993, p. 265) e o Serviço de Formação por Rádio e Televisão (SEFORT) passaria a responder pelas iniciativas em teleducação no Estado.

A partir dessa estruturação, novos cursos foram criados, porém com características diversas do pioneiro curso de admissão. Da iniciativa do SEFORT constavam cursos de línguas, de férias, de matemática moderna, economia doméstica. “Para a realização desses cursos foram utilizadas as instalações de emissoras comerciais, tais como: TV Cultura, TV Paulista, TV de Bauru e TV Globo”, (HADDAD, 1993, p. 265) com as quais o governo estadual negociava o aluguel ou a cessão de horário.

Entre as primeiras iniciativas de teleducação no Brasil, o Rio de Janeiro também ganhou seu curso. Na cidade maravilhosa, a iniciativa partiu da Fundação João Batista do Amaral, que foi instituída em abril de 1961. “Sua atuação voltava-se para o adulto analfabeto ou recém-alfabetizado para quem produziu três cursos: um curso de alfabetização, um curso de Emergência para alunos semi-alfabetizados, e um curso de 2ª série.” (HADDAD, 1993, p. 264) Os cursos contavam com aulas periódicas preparadas e organizadas pela professora Alfredina Paiva e Souza e sua equipe de trabalho. (NISKIER, 1999, p. 162)

A transmissão das aulas era realizada pela TV Rio, sob a coordenação da Secretaria de Educação da Guanabara. Além da transmissão pela TV, esses cursos da Fundação João Batista do Amaral tinham uma outra

particularidade, “os programas, gravados em vídeo-tape, eram copiados em 16mm, com a ajuda da Aliança Para o Progresso, e exibidos em cine-escolas para soldados analfabetos e em penitenciárias.” (HADDAD, 1993, p. 264) A despeito de todo esse apoio, e dos objetivos de João Batista do Amaral – que “buscava comercializar os tele-cursos que produzia junto a outras emissoras ou ao governo federal” (BARROS FILHO, 2010, p. 51) – a Fundação encerrou suas atividades em 1964 por falta de recursos.

Outra experiência organizada nos idos dos 1960 foi o *Curso do Artigo 99*, que ficou no ar entre 1966 e 1970, sob os auspícios do professor Gilson Amado. Produzido e transmitido pela TV Continental, esse curso foi uma das primeiras experiências na televisão brasileira que uniu pessoas minimamente especializadas, uma televisão comercial, além de patrocínio de anunciantes. O “curso ganhou impulso no ano de 1967 quando a Shell passou a patrociná-lo: os professores começaram a ser remunerados, todas as aulas foram gravadas e todas as apostilas foram impressas”. (HADDAD, 1993, p. 266)

Após conseguir o patrocínio da Shell, o programa *Curso do Artigo 99* passou a ser veiculado pelas emissoras Associadas. Entretanto, mesmo sendo transmitido por uma emissora maior, o programa encerrou suas emissões no início da década de 1970, devido às próprias limitações da TV Continental, que acabou falindo em 1971.

Para a revista *Veja*, a inclusão de uma programação voltada para a educação e cultura na TV Continental foi reflexo direto da própria crise dentro da emissora, tendo o jornalista Gilson Amado se aproveitado do caos artístico e financeiro que assolava a emissora para inserir – inicialmente sem patrocínio – em sua grade de programação, no horário nobre, produtos televisivos voltados para a cultura e educação, incluindo os cursos. (VEJA, 18/06/1969, p. 57)

A despeito dessas experiências nas emissoras comerciais, a produção de programas educativos na primeira metade da década de 1970 foi substancialmente realizada pelos canais educativos. Nesse sentido,

surgiram os programas *Madureza Ginasial*, pela TV Cultura de São Paulo, *João da Silva* e *A Conquista*, pela FCBTVE.

O *Madureza Ginasial*, produzido pela Fundação Padre Anchieta, mantenedora da Rádio e TV Cultura de São Paulo (canal 2, recém adquirido de Assis Chateaubriand), teve início ainda em 1969 e era veiculado de segunda à sexta-feira, em dois horários – das 19h às 19h40 e das 22h às 22h40, além de ser transmitido por outras 29 emissoras em todo o país, e, também, via emissoras de rádio. A produção dos fascículos do *Madureza Ginasial* ficava a cargo da Editora Abril Cultural, “pioneira na publicação de material de apoio para a teleeducação”. (AVALIAÇÃO MADUREZA GINASIAL. s/d.)

O entusiasmo com a produção do *Madureza* era grande, seja por parte da imprensa, que via no programa uma forma de tornar a televisão um pouco mais útil, segundo a própria crítica feita pelos meios da imprensa impressa que viam na TV uma concorrente, seja por parte das pessoas envolvidas diretamente com o projeto. No caso dos primeiros, fica claro o incentivo dado a esse tipo de experiência. Em matéria publicada na revista *Veja* era afirmado que todos na TV Cultura acreditavam que a maior atração da nova emissora seria o seu curso de Madureza, cujas aulas, eram pequenos espetáculos onde o professor quase nunca apareceria, pois a imagem e o som ensinam melhor. Segundo o responsável pelo setor cultural da TV Cultura, Cláudio Petraglia, as aulas eram “tão divertidas, que, em pouco tempo” iriam “concorrer com os programas de maior audiência em São Paulo.”

O programa que teve uma primeira versão durante a fase comercial da TV Cultura, passou por uma total reformulação durante o período de transição para a Fundação Padre Anchieta. Diversos testes foram feitos e “a ideia era fugir do convencional, o programa buscava ser totalmente diferente das aulas comuns. Muitas vezes era dispensada a presença visual do professor, que poderia ser substituído por imagens, durante suas falas [...] os produtores buscavam aulas agradáveis e objetivas.” (BARROS FILHO, 2010, p. 188-189)

Porém, no âmbito do aprendizado dos alunos, o *Madureza Ginásial* deixou a desejar em alguns aspectos. A aposta inicial feita em inovações que tiravam o professor de cena foram reprovadas pelos alunos/telespectadores. A revista *Veja* informava que os resultados da primeira avaliação em 1970 mostravam “uma maior aprendizagem nas aulas simples e diretas que nas aulas dadas com a preocupação de espetáculo. O mesmo ocorreu nas matérias em que a imagem do professor aparecia no vídeo.” (VEJA, 06/05/1970, p. 66) Nesse sentido, algumas mudanças foram realizadas no curso. Houve a introdução dos programas explicativos orientando de que modo deveria ser realizado o estudo pela televisão, além da reformulação de diversas aulas que passaram por um processo de padronização da linguagem e também dos recursos técnicos. Georg Sperb, um dos coordenadores do curso, e que posteriormente participaria da experiência do *Telecurso*, se manifestava na imprensa nos seguintes termos: “apresentadores excelentes sentiam dificuldades de falar fácil. Tivemos de reformular muitas aulas apagando vídeo-tapes inteiros.” (VEJA, 02/09/1970, p. 72) Essas adaptações ocorreram ainda mais rapidamente tendo em vista que o programa ganhou *status* nacional a partir do momento que a FPA assinou convênio com o MEC para a sua transmissão em todo o país.

O *Madureza Ginásial* trouxe alguns elementos novos para a produção de programas educativos, com variados recursos e apoio técnico, tornando-se o motivo, segundo Gilson Amado, de encerramento do programa *Artigo 99*. Para o professor o curso da FPA estruturado em 400 aulas era bem mais moderno. (HADDAD, 1993, p. 267) O *Madureza* foi responsável por experimentar um novo modo de produção de programas instrucionais. Contava com a presença de professores da USP para a preparação dos textos das aulas, como era o caso da antropóloga Ruth Cardoso, o economista Paul Singer, o lingüista Flávio Di Giorgi, o sociólogo Gabriel Cohn, o psicólogo Rodolfo Azzi. (BARROS FILHO, 2010, p. 188) Exemplo de uma prática que perdurou e serviu de modelo para outras experiências, por exemplo no *Telecurso 2º Grau*. Isso equivale dizer que o *Telecurso* produzido anos depois em coprodução com a FRM

tem muito do *Madureza Ginásial*. As semelhanças passam pelos aspectos organizacionais do curso e também por sua forma de divulgação e interação com os outros setores da sociedade, porém a grande distinção entre ambos é que foi o *Telecurso*, graças ao empenho de Roberto Marinho e a chancela da Rede Globo, que se transformou no paradigma de teleducação para o modelo televisivo brasileiro.

Apesar do desfecho do curso do professor Gilson Amado, não demoraria muito para que ele estivesse engajado em uma nova experiência de utilização da televisão em prol do ensino. Dessa vez, Gilson Amado colaborou na elaboração de *João da Silva*, telenovela didática, produzida entre 1972 e 1973 pela *FCBTVE*, e voltada para as séries iniciais do então denominado 1º Grau. A novela estreou na TV Rio em 1973 e foi reprisada por outras emissoras como a Globo, Tupi e Cultura. Além das emissões livres, a veiculação da novela também ocorria de forma organizada, nos chamados telepostos. Tanto para aqueles que acompanhavam a novela na sala de sua casa quanto para os que assistiam na sala dos telepostos, era possível contar com cinco livros de apoio que versavam sobre os conteúdos discutidos na telinha.

Escrita por Lourival Marques – autor consagrado por suas produções dramáticas para a Rádio Nacional – e dirigida por Jaci Campos, a trama da telenovela conta a história de João da Silva, nordestino que vai para o Rio de Janeiro em busca de trabalho. Porém, sua condição de analfabeto sem nenhuma qualificação profissional se tornou um empecilho para sua sobrevivência na cidade grande. Os problemas de João começam a ser resolvidos quando ele matricula-se em um curso supletivo, no qual, além de realizar sua formação educacional, conheceu Rosinha colega de sala e futura esposa. (VEJA, 27/09/1972, p. 54)

Para o diretor Jaci Campos, a fórmula de mesclar os elementos já consagrados da novela comercial com os objetivos de uma emissão educativa ampliaria a audiência do programa rendendo sucesso. Nas palavras do diretor “Atingiremos dois tipos de público [...] Uns acompanharão a novela para aprender; outros por sua parte ficcional.” (VEJA, 27/09/1972, p. 54)

Ao utilizar um gênero televisivo de bastante sucesso junto à audiência brasileira, *João da Silva* buscou ampliar a audiência que normalmente não acompanhava programas de conteúdo instrutivo. Esse artifício, não era inédito, pois já tinha sido utilizado pela TV Globo e TV Cultura na coprodução da novela *Meu pedacinho de chão*, escrita por Benedito Ruy Barbosa e Teixeira Filho e que foi ao ar a partir de 16 de agosto de 1971. *Meu pedacinho de Chão* ficou conhecida como a primeira novela educativa ao fornecer aos alunos/telespectadores noções sobre o mundo rural.

Na esteira das novelas didáticas surge *A Conquista*. Criada em 1979, ela manteve toda a estrutura e a forma de recepção do primeiro projeto similar da FCBTVE, *João da Silva*. Todavia, voltou-se para as séries finais do curso 1º Grau, ou seja, uma possibilidade tanto para os telealunos, que acompanharam a primeira novela de aumentar seu nível de instrução, quanto para uma audiência, que já possuía as primeiras séries do 1º Grau concluir essa etapa de estudo.

As três experiências citadas, *Madureza Ginásial*, *João da Silva* e *A Conquista*, têm em comum o fato de, além de serem iniciativas governamentais ou de emissoras ligadas ao poder público, não terem obtido grande sucesso, nem continuidade e, conseqüentemente, não se tornarem paradigma de teleducação para a televisão brasileira.

No caso do *Madureza Ginásial*, ocorreu uma vasta aprendizagem de técnicas pelos profissionais da FPA envolvidos com o programa. Experiência que foi fundamental para o desenvolvimento posterior de novos produtos educativos para a TV brasileira, um deles o *Telecurso de 2º Grau*, em parceria com a FRM.

Em relação as novelas didáticas *João da Silva* e *A Conquista*, apesar de terem sido reprisadas por grandes emissoras como Globo e Tupi, a própria falta de uma melhor organização estrutural do projeto fez com que ocorresse sua derrocada. A posterior concorrência do Supletivo de 1º Grau, organizado pela FRM a partir de 1981, foi decisiva para o encerramento de *A Conquista*.

Em meio a essas experiências, uma novidade surge na televisão brasileira. No ano de 1978, é criado o *Telecurso 2º Grau*, uma iniciativa da

FRM e da FPA, visando a atender a população que não tinha completado o 2º Grau, atual ensino médio. O projeto promovia a produção e veiculação de teleaulas, transmitidas pela TV Globo, TV Cultura e por outras emissoras educativas espalhadas pelo país, além de serem retransmitidas em versões radiofônicas, utilizando a estrutura do Projeto Minerva do então Ministério da Educação e Cultura. Os interessados em acompanhar as aulas, que eram transmitidas em sinais livres, poderiam também adquirir o material impresso, com tiragem semanal e vendido em bancas de jornal a preço acessível. Mas essa já é uma outra história.

Quando observamos o campo televisivo no Brasil, o primeiro item que devemos apontar é para o seu modelo. A constituição e configuração do modelo televisivo brasileiro é um fator estruturante das práticas desenvolvidas pelos agentes do campo. Desse modo o seu caráter comercial hegemônico, sustentado pelo par entretenimento/informação gerou pouco espaço para uma programação educativa que respondesse às demandas da sociedade e do regime militar. Em outras palavras, não seria possível utilizar a televisão em prol da educação, se a própria lógica televisiva estava sendo excluída do processo. A princípio, a TV era vista como mera ferramenta para a educação atingir às massas, não se considerando as particularidades do meio. Somente a partir do momento em que os agentes começaram a compreender que o ensino via TV não poderia ser apenas uma reprodução do que era realizado em sala de aula foi que a modalidade deu seus primeiros passos sólidos. Esta constatação fica evidente quando, em 1978, uma emissora de televisão comercial, hegemônica no campo e representativa do modelo televisivo comercial, coloca sua estrutura para a execução de um projeto de teleducação que se tornou paradigma para o país, o *Telecurso 2º Grau*.

Bibliografia

AVALIAÇÃO MADUREZA GINASIAL. São Paulo, s/d.
BARBOSA, Marialva Carlos. Imaginação televisual e os primórdios da TV

Wellington Amarante Oliveira

- no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- BARROS FILHO, Eduardo Amando de. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2010.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucila de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- _____; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo*. Porto Alegre: L.P.M., 1982.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.
- DOCUMENTO DOS SEMINÁRIOS BRASILEIROS DE TELEDUCAÇÃO. São Paulo, s/d.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HADDAD, Sérgio. *Estado e Educação de Adultos (1964 -1985)*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 1993.
- HAMBURGUER, Ester. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da Vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *História da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

- NISKIER, Arnaldo. *Educação à distância: a tecnologia da esperança*. São Paulo: Loyola, 1999.
- PALHA, Cássia R. Louro. *A Rede Globo e o seu Repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2008.
- PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. In: *Lua Nova*, São Paulo, 68: 2006.
- RAMOS, Murilo César. Crítica do ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica brasileira: fragmentação política e dispersão regulamentar. In: ROMÃO, José Eduardo Elias *et. al.* (orgs.). *Classificação indicativa no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SANTOS, Moacir José dos. *A construção da política brasileira de Telecomunicações (1961 -1967)*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2000.
- SIMÕES, Cassiano Ferreira; MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- SOUZA, Maria Inez Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- VEJA. Revista VEJA. Abril: São Paulo, 1969 – 1979.